

Eleições municipais de 2024 nas capitais: pesquisas e urnas no segundo turno

Maurício Costa Romão^{1*}

Introdução

As pesquisas eleitorais exercem um importante papel de comunicação, que é o de expressar para a sociedade o que o eleitor está pensando sobre o processo eleitoral, quais são seus sentimentos e expectativas, suas preferências pelos prováveis candidatos etc. Vistas sob essa senda, as pesquisas eleitorais são a caixa de ressonância do pensamento do eleitor.

Mas as pesquisas, por tratarem de vitórias e reveses eleitorais, mexem com a emoção das pessoas. São, assim, alvo de inúmeras contestações em todos os pleitos majoritários. As reclamações derivam do cotejo que o eleitor faz entre as estimativas dos institutos, realizadas em dias próximos à eleição, e os dados das urnas, na perspectiva consagrada popularmente de que tais estimativas são prognósticos dos resultados oficiais.

Neste contexto, o presente estudo busca responder à seguinte indagação: como se saíram as pesquisas nas capitais onde houve segundo turno na eleição municipal de 2024, quando confrontadas com os dados finais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)?

O critério utilizado nessa avaliação de desempenho das pesquisas no pleito municipal de 2024 foi o de calcular a discrepância média das estimativas

¹ O autor expressa seus sinceros agradecimentos ao professor Antônio Lavareda que, em distintas ocasiões, sugeriu melhorias no presente artigo e à professora Helcimara Telles pela paciente e minudente revisão de todo o texto e correspondentes sugestões de aprimoramentos, ao tempo em que os isenta de responsabilidades com a versão final.

de intenção de votos das pesquisas (que envolve o conceito de média aritmética simples de valores absolutos como *proxy* das médias dos agregadores de pesquisas) e compará-la com a discrepância média dos resultados oficiais. Isso é feito tanto para votos totais quanto para votos válidos.

Ademais, usou-se o mesmo critério avaliativo da discrepância média para testar a acuracidade do método “*likely voters*” no Brasil, que intenta acessar respondentes mais propensos a comparecer às urnas e votar. A partir de certa elasticidade interpretativa quanto às margens de erro das pesquisas,² foi possível confrontar seu desempenho conjunto com os dados da instância máxima eleitoral, em cada capital, e de acordo com os métodos discutidos no presente estudo.

Ainda nessa esteira, fez-se também testes comparativos envolvendo dessa feita o modelo de “votação ideológica”, que se alicerça em transferências de voto por afinidades ideológicas entre candidatos, na passagem do primeiro

² As pesquisas eleitorais baseiam-se no pressuposto estatístico de que para se extrair opiniões de intenção de voto dos eleitores não há necessidade de se fazer entrevistas com todo o eleitorado. Basta consultar uma parte (uma amostra) deste. Por mais representativa que seja a amostra da população, ela nunca vai deixar de ser uma amostra, de ser apenas um subconjunto da população. Logo, todo e qualquer resultado obtido da amostra nada mais é que uma estimativa do parâmetro populacional e, como toda estimativa, sujeita a erro do pesquisador ao usar só uma pequena fração do todo, e a partir dessa fração inferir sobre parâmetros do universo. O erro amostral é, assim, um fatalismo estatístico das pesquisas. Contudo, esse erro pode ser calculado e controlado (por exemplo, pode-se diminuir o erro aumentando-se o tamanho da amostra para uma mesma concepção metodológica de amostra).

Para uma pesquisa de 816 entrevistas, por exemplo, a margem de erro comum é de 3,5%, para mais ou para menos. Isso significa que qualquer percentual de intenção de votos de determinado candidato pode variar sete pontos de percentagem. Exemplificando, se ele obtém 20% de intenção de votos na pesquisa, ele pode ter, na verdade, entre 16,5% e 23,5%. O percentual de 20% é o centro desse campo de variabilidade. É o ponto intermediário da amplitude do erro. Qual é a segurança que se tem de que as intenções de voto da população por aquele candidato situam-se entre o mínimo de 16,5% e o máximo de 23,5%? Certeza não se tem nunca, já que se trata de estimativa probabilística, mas se pode estabelecer, estatisticamente, certo *nível de confiança* que indique a probabilidade de que aquela estimativa espelhe a realidade. Admita-se que esse nível seja de 95%. Isso significa que há uma probabilidade de 95% do percentual de eleitores que manifestaram intenção de votar no referido candidato estarem compreendidos no intervalo de 16,5% a 23,5%. Abertas as urnas, o candidato deve, “quase certamente”, receber de 16,5% a 23,5% dos votos da população, havendo apenas 5% de chance de isso não ocorrer. Do ponto de vista das pesquisas na concepção prognóstica há evidências empíricas mostrando que os erros nas pesquisas apresentam valores maiores quando feitas com muita antecedência do dia da votação e menores quando essa data do pleito se aproxima. Meirelles e Russo (2022).

para o segundo turno das eleições, com a novel característica de que o modelo prescinde de pesquisas de intenção de votos.

O objetivo central do presente capítulo, em apertada síntese, é verificar como se saíram as pesquisas eleitorais nas eleições municipais de 2024, nas capitais brasileiras onde ocorreu segundo turno. Para tanto, o texto repousa nas seguintes seções, em que: (1) contextualiza o significado das pesquisas eleitorais no sentido de como são vistas pelo prisma de diagnósticos ou prognósticos; (2) discute sobre a carga emocional que envolve a leitura dos resultados das pesquisas; (3) apresenta a relevante diferença entre votos totais computados das pesquisas e sua transformação em votos válidos; (4) exhibe as evidências empíricas dos resultados do pleito de 2024; (5) confronta os dados da eleição com os achados das pesquisas; (6) introduz os modelos *likely voters* e transferência ideológica de votos e testa seus achados empíricos e, por último, traça as considerações finais.

As pesquisas: diagnósticos × prognósticos

No contexto da visão consagrada na população, as estimativas de intenção de votos das pesquisas eleitorais são prognósticas ou projeções de resultados das urnas, e não diagnósticos de um dado momento do ciclo eleitoral. É muito difícil mudar essa percepção popular, já incorporada à paisagem, percepção aliás, é forçoso dizê-lo, alimentada pelos próprios institutos de pesquisas.

A pesquisa é, na verdade, um mero instrumento técnico de acompanhamento do processo eleitoral, que serve para apontar tendências com base em levantamentos sucessivos. Ela não “projeta o futuro”, portanto, é incapaz de predizer os percentuais exatos que os candidatos obterão nas urnas, conforme sobejamente assentado na literatura especializada, como, por exemplo, em Lavareda (2022).

Ademais, sempre haverá alguma discrepância entre as previsões dos institutos e os números oficiais, já que as pesquisas se baseiam no fato de que no mundo real trabalha-se com amostra, e não com o universo. Então, toda pesquisa já nasce com uma penalidade por consultar apenas uma parte da população, essa penalidade é o erro amostral. E a ele se deve adicionar o erro não amostral, que deriva do desenho de concepção do levantamento (tamanho da amostra, modelo de questionário, fonte de dados secundários, procedimento de campo, pós-estratificação etc.).

Com as devidas ressalvas e para fins de simplicidade expositiva, optou-se neste texto pelo alinhamento à versão projetional incrustada na coletividade.

Pesquisas: emoções e conhecimento metodológico

No âmbito dessa perspectiva, os institutos de pesquisas eleitorais começam a fazer seus levantamentos já na fase de pré-campanha, bem antes do dia do pleito. À medida que esse dia se vai aproximando, cresce a expectativa em torno dos erros e acertos dos institutos, no confronto com os dados oficiais, particularmente por conta das controvérsias que a divulgação de suas estimativas gera.

As controvérsias resultam do fato de que as pesquisas tratam de vitória e derrota eleitoral. Mexem com a emoção das pessoas. Causam alegria e tristeza, entusiasmo e desânimo, euforia e frustrações. Afetam corações e mentes. Daí por que são sempre protagonizadas e alvo de tantas e veementes reclamações em todos os pleitos majoritários. Os eleitores não conseguem desprender-se dessa carga de emoções, ser isentos, equilibrados, quando leem os resultados das pesquisas. É difícil separar a emoção da razão no calor de uma campanha eleitoral.

Nada obstante esse contexto emocional, boa parte da reação do público, do eleitor comum, da própria mídia, aos resultados das pesquisas, vincula-se ao desconhecimento quase generalizado das características estatísticas e metodológicas que emolduram a concepção desses levantamentos e do real significado de seus resultados. Os termos técnicos costumeiramente utilizados na divulgação das pesquisas não são do conhecimento da maior parte do público eleitor. Pode residir aí, nessa incompreensão, uma razão prática adicional às emoções pela qual as pesquisas causam tanta celeuma: a própria dificuldade de entendê-las e, conseqüentemente, de interpretá-las.

Votos totais e votos válidos

No estágio final das eleições, os institutos de pesquisas se veem obrigados a apresentar os resultados de intenção de voto dos candidatos em termos de *votos válidos* — que são os votos totais menos os votos em branco e os votos nulos —, já que será nessa modalidade que a divulgação oficial dos pleitos

será feita. A mesma subtração é processada nas pesquisas com os votos dos eleitores que não sabiam, não responderam ou se intitularam indecisos.

Essa transformação de votos totais em votos válidos é, na verdade, uma interferência arbitrária do pesquisador nos dados apurados pelas pesquisas, subtraindo do total de intenções de voto a parcela de não voto (branco, nulo, nenhum, não sabe, não respondeu). Tal procedimento acarreta consequências nas estimativas das pesquisas.

O artifício equivale a repartir matematicamente a parcela de não voto em proporção às intenções de votos consagradas aos candidatos. Aqueles que estão mais à frente na escala de preferências do eleitor recebem mais do não voto. Os que estão mais atrás são menos aquinhoados.

É assente no âmbito técnico que tal procedimento traz certo conforto para a *rationale* dos institutos, posto que a intervenção nos dados não procede ao descarte de números obtidos originalmente (*wasted votes*), mas os distribui em proporção às posições dos candidatos na escala de intenção de votos.

Mas essa distribuição forçada do não voto pode ou não corresponder à real manifestação de pensamento dos que abraçaram essa subcategoria. O pesquisador assume que a partição de intenções de voto dentro do conjunto do não voto se dá consoante o esquema proporcional de destinação automaticamente predefinido, o que não está assegurado.

Se, por exemplo, o primeiro colocado na pesquisa já estiver com sua intenção de voto superestimada devido a algum viés metodológico ou a qualquer tipo de erro não amostral, a passagem de votos totais para votos válidos vai aumentar a sobre-estimativa, já que será agraciado com uma fração maior de não voto.

Quanto maior a parcela do não voto, mais essa interferência pode ocasionar divergência dos votos válidos das pesquisas com os votos válidos oficiais. Nessa esteira, a subtração do não voto pode ser uma das fontes das constantes divergências entre os achados das pesquisas e os valores observados nos pleitos.

Uma outra consequência, não menos relevante, tem sido apontada na literatura especializada (Lavareda, 2022): as cotas socioeconômicas de que se valem os institutos para conferir representatividade estatística aos levantamentos são determinadas com base nos dados da população total, ao passo que os resultados da eleição são apresentados em votos válidos, que excluem o contingente de eleitores que se abstiveram, que pode ser numericamente significativo.

Se esse contingente faltoso tiver característica socioeconômica (gênero, renda, educação etc.) que se distribui com razoável proporcionalidade entre os candidatos, o impacto da alienação eleitoral não terá maiores consequências na votação dos candidatos e as estimativas das pesquisas não serão afetadas.

Se, todavia, esse não for o caso, noutro dizer, se a abstenção não tiver distribuição minimamente uniforme, então as intenções de voto das pesquisas, estimadas segundo o eleitorado total, tendem a divergir dos resultados das urnas por um fator externo às suas aferições. Impende destacar que pode repousar aí outra fonte de distorções entre os achados dos levantamentos e os valores das urnas.

Do ponto de vista da evidência empírica exibida nas tabelas 1 e 2 do apêndice, que mostram os votos totais e os votos válidos (nas 15 capitais onde houve segundo turno), estes últimos restam naturalmente magnificados em virtude das transformações operadas. Nas próximas seções deste texto procura-se contrastar os dois universos de dados e sua acuracidade diante das totalizações oficiais.

Se as estimativas em votos totais, relativamente aos dados oficiais, apresentarem discrepância menor do que as mesmas estimativas em votos válidos, significa que o resultado é consistente com o que se propaga: a passagem de votos totais para votos válidos diminui a precisão das pesquisas *vis-à-vis* os valores do TSE.

Noutro dizer, independentemente do desenho amostral, o poder preditivo das pesquisas é afetado adversamente pela mera transformação “externa” dos seus dados. O não voto extraído das pesquisas e a abstenção de eleitores no dia dos pleitos (abstenção não distribuída equilibradamente entres as variáveis socioeconômicas que alimentaram os dados totais das pesquisas) operam para afastar as estimativas dos resultados das urnas.

O pleito de 2024 no segundo turno nas capitais

Nas eleições municipais de 2024 o segundo turno foi realizado em 15 capitais do país, a saber: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campo Grande, Goiânia, Cuiabá, Belém, Manaus, Porto Velho, Palmas, Fortaleza, Natal, João Pessoa e Aracaju. A primeira coluna das tabelas 1 e 2, postadas no apêndice a este texto, lista essas capitais, bem como seus respectivos candidatos ou candidatas. A segunda coluna exhibe as médias agregadas de inten-

ção de votos das últimas pesquisas dos diversos institutos em cada capital, a maior parte dessas pesquisas com campo na última semana antes da eleição.

Aqui, é oportuno aduzir, a média agregada é a média aritmética simples, conceito intuitivo e largamente usado na mensuração corriqueira de valores observados de intenções de voto, diferindo, portanto, das médias sofisticadas de alguns agregadores de pesquisa,³ inobstante, na prática, a elaborada média final dos agregadores venha a ser muito próxima da média aritmética simples dos valores observados (Romão, 2025).

A terceira coluna retrata os resultados oficiais do TSE em votos totais (tabela 1 do apêndice), obtidos por transformação dos dados de votos válidos originais (tabela 2 do apêndice) publicados pela instância eleitoral. Por último, a derradeira coluna apenas promove a subtração entre a média das pesquisas e os votos declarados do TSE.

Com suporte nesses dados, torna-se cabível a essas alturas perseguir o objetivo do presente estudo e investigar como se saíram as pesquisas, quando colocadas em comparação com os dados do TSE, sempre na esteira do entendimento popular a que se aludiu, de pesquisa como preditora de resultados das urnas.

O desempenho das pesquisas

Para se fazer avaliação de desempenho de pesquisas, confrontando seus dados com o escrutínio oficial, é preciso antes estabelecer um critério que possibilite fazer essa contraposição.

³ Os agregadores de pesquisas são ferramentas estatísticas que compilam, processam e consolidam dados oriundos de várias pesquisas eleitorais. A agregação minimiza a influência de resultados discrepantes (*outliers*) e distorções amostrais das pesquisas individuais, propiciando uma visão harmonizada de dados de diversas fontes como suporte para análise e prospecções eleitorais. Na prática, os dados consolidados são apresentados em termos de um valor médio, único, que expressa os resultados uniformizados do conjunto. Não é ocioso alertar que, por mais sofisticadas que sejam as métricas estatísticas usadas pelos diferentes agregadores de pesquisas, ao fim e ao cabo, o resultado da agregação nada mais é do que uma média aritmética simples dos ajustes efetuados na variável em análise. Na prática, a sofisticada média final dos agregadores é muito próxima da média aritmética simples dos valores observados, de sorte que esta última pode perfeitamente ser usada como *proxy* das médias obtidas com aplicação de estatísticas avançadas, sem perda de qualidade nos processos de agregação.

Embora não exista na literatura especializada um modelo consagrado e universalmente aceito de avaliar desempenho de pesquisas eleitorais, a grande maioria das análises comparativas se debruça mesmo é sobre a averiguação dos números prognosticados nas últimas pesquisas de antes da eleição dos diferentes institutos e suas divergências, maiores ou menores, *vis-à-vis* os resultados oficiais.

Por essa sistemática, computam-se as estimativas de intenções de voto das pesquisas relativas aos candidatos individualmente e observam-se as estimativas que ficam fora da margem de erro, quando conferidas com as totalizações oficiais. Resultados fora da margem são considerados “erros de previsão” dos institutos de pesquisa. Por exemplo, se uma pesquisa, com margem de erro de 2%, para mais ou para menos, estimou em 40% as intenções de voto de determinado candidato, e a votação nas urnas desse candidato foi de 45%, o resultado estaria fora da margem de erro e seria contabilizado como erro de previsão.

Mas aí o que se mensura é a performance das pesquisas individualmente: qual a que, por exemplo, se saiu melhor no cotejo com as urnas, noutro dizer, qual a pesquisa cujas estimativas de intenção de votos para os candidatos mais se aproximaram dos valores oficiais, no intervalo da margem de erro?

Pode ocorrer, por exemplo, que dois ou mais institutos tenham o mesmo número de “erros” para os postulantes a determinado cargo, prefeito, por exemplo, com estimativas fora da margem de erro máxima estipulada. Por essa avaliação “pontual”, então, não se pode distinguir o instituto de melhor desempenho. Assim, esse método de averiguar os números prognosticados de intenção de votos nas últimas pesquisas de véspera do pleito *vis-à-vis* com os dados oficiais revela indiscutivelmente o instituto de melhor desempenho quando um deles se destaca por ter menos resultados fora da margem de erro, mas se torna incapaz de sinalizar qualquer ordenamento quando as pesquisas se equiparam na quantidade de fracassos (ou êxitos, se for o caso).

Não é propósito deste texto, todavia, aquilatar qual instituto de pesquisas se perfilou melhor nas eleições municipais realizadas nas capitais, em 2024. Busca-se, ao contrário, como já dito antes, observar como se saíram as pesquisas, em conjunto, nas capitais mencionadas, onde houve segundo turno, sempre em relação aos dados observados nas urnas.

Uma possibilidade para o atingimento desse desiderato é usar a média simples de intenção de votos, já contextualizada anteriormente, extraída das pesquisas de imediatamente antes da eleição e compará-la com os dados do TSE, para cada candidatura e em cada cidade. Ou seja, em cada capital cal-

culam-se para os dois candidatos do segundo turno as respectivas médias de intenção de votos. Em seguida, computa-se a diferença, em valores absolutos (desprezando-se o sinal negativo), entre as médias de intenção de votos dos dois concorrentes. Depois, compara-se esse resultado com a diferença de médias dos valores oficiais promulgados pelo TSE para os dois postulantes.

O produto daí esculpido é a discrepância média entre os valores projetados pelas pesquisas e os valores das urnas em cada capital. As colunas de 1 a 4 das duas tabelas referidas do apêndice expõem esses achados.

Cálculos

Por exemplo, em São Paulo, de acordo com a tabela 1 do apêndice, referente a votos totais, as pesquisas registraram, em média, 50,7% de intenção de votos para Ricardo Nunes e 38,0% para Guilherme Boulos, uma diferença de 12,7 pontos de percentagem entre eles. As urnas apontaram Nunes com 53,2% e Boulos com 36,4%, um hiato de 16,8 pontos. Dessa forma, a discrepância entre os valores estimado e observado foi de 4,1 pontos percentuais, em números absolutos ($12,7 \text{ pp} - 16,8 \text{ pp} = -4,1 \text{ pp} = 4,1 \text{ pp}$ em valores absolutos).

Operando a mesma sistemática com os dados em votos válidos (tabela 2 do apêndice) para os dois concorrentes de São Paulo, detecta-se uma diferença de 13,0 pontos de percentagem nas estimativas das pesquisas e de 18,6 pontos nas totalizações das urnas, gerando uma discrepância de 5,6 pontos percentuais.

E assim se processou para todas as capitais. Por fim, computou-se a média global das estimativas das pesquisas (soma das diferenças de intenção de votos entre os dois contendores dividida por 15) e a média global do TSE (soma das diferenças de votações oficiais entre os dois concorrentes dividida por 15). Essas médias foram 9,97 pontos de percentagem para as pesquisas e 11,28 pontos para o TSE, em votos totais, e de 10,52 pontos e 12,05 pontos, em votos válidos, respectivamente.

A tabela 1 do texto, a seguir, sintetiza esses resultados, onde se sobressai o fato de as discrepâncias médias entre as pesquisas e o TSE serem bem pequenas, apenas 1,3 ponto percentual para votos totais e 1,5 ponto para votos válidos. Dessa forma, no conjunto, nas 15 capitais onde houve segundo turno, em 2024, as pesquisas tiveram excelente “desempenho preditivo”, gerando estimativas de intenção de votos divergindo dos valores oficiais em pouco mais de um ponto de percentagem, tanto no conceito de voto total quanto no de voto válido.

Tabela 1

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS 15 CAPITALS ONDE HOUVE SEGUNDO TURNO
DESEMPENHO DAS PESQUISAS EM VOTOS TOTAIS E VOTOS VÁLIDOS

	Média Global das Pesquisas*	Média Global do TSE**	Discrepância Média***
Votos Totais****	9,97	11,28	1,31
Votos Válidos	10,52	12,05	1,53

Fonte: elaboração própria (MCR).

* Média global, em valores absolutos, em pontos de porcentagem, das diferenças entre as médias de intenção de votos dos dois concorrentes do segundo turno das capitais. ** Média global, em pontos de porcentagem, das diferenças entre as votações oficiais dos dois concorrentes do segundo turno das capitais. *** Diferença, em médias globais, entre as estimativas das pesquisas e os valores oficiais do TSE. **** Os votos totais do TSE foram obtidos por transformação dos votos válidos.

Assim, os números muito próximos entre si das discrepâncias médias dos dois conjuntos (última coluna da tabela 1 anterior) — votos totais e votos válidos — sugerem que nas eleições de segundo turno, com apenas dois concorrentes, não há diferença significativa de acuracidade entre as pesquisas em votos totais e as transformadas em votos válidos, quando cotejadas com os resultados das urnas.

Nessa esteira, deduz-se que (a) a distribuição do não voto em proporção às intenções de voto dos concorrentes obedece às manifestações originais dos eleitores abrigados nessa subcategoria; (b) os perfis socioeconômicos dos eleitores faltosos no dia do pleito se distribuem com razoável proporcionalidade entre os dois postulantes, inobstante a abstenção no segundo turno mostrar-se historicamente maior do que no primeiro turno, nos pleitos municipais nas capitais. De fato, nas duas últimas eleições, à guisa de ilustração, a abstenção em 2020 foi de 23,1% no primeiro turno e de 29,5% no segundo, e, nesse mesmo diapasão, na eleição de 2024, os faltosos somaram 21,7% do primeiro turno e 29,3% no segundo.

Votos válidos e os eleitores prováveis (*likely voters*)

Nas eleições brasileiras, o TSE, antes de chegar aos votos válidos, subtrai do total de eleitores aptos a votar os eleitores que não compareceram às urnas, isto é, os eleitores que se abstiveram de votar, os quais, em alguns casos, representam um expressivo *quantum*, apesar de o voto ser obrigatório.

Para minimizar a possibilidade de consequências adversas da abstenção às pesquisas, alguns institutos no Brasil, entre eles um dos mais respeitados, o Instituto Quaest, passaram a adotar metodologias elaboradas de estimativas de intenção de votos baseadas em probabilidades de comparecimento de eleitores aos pleitos, o que permite ajustes nas apurações dessas intenções de voto. O desígnio dos institutos nesse afã não é, naturalmente, o de sofisticar o procedimento de apuração dos dados, mas sim o de tornar as estimativas das pesquisas as mais precisas possíveis.

Nessa senda, as pesquisas Quaest, por exemplo, notadamente as empregadas em ciclos eleitorais mais recentes, levam em conta não só as estimativas normais de intenções de votos dos respondentes, mas também o perfil e o padrão do eleitorado (comparecimento nas últimas eleições, motivação, interesse, grau de participação etc.). É o modelo *likely voters* (eleitores prováveis), amplamente utilizado nos Estados Unidos, onde o voto é facultativo, que tem como foco o contingente de eleitores com maior propensão a comparecer às urnas e votar.⁴

O modelo *likely voters* busca, assim, selecionar os entrevistados com alta probabilidade de votar. A importância de sua adoção nas pesquisas cresce à medida que as taxas de abstenção são altas, como no Brasil, ou onde o voto não é obrigatório, como no Reino Unido, Estados Unidos e em vários países.

Nesse contexto, o Instituto Quaest fez uso nas suas pesquisas do modelo *likely voters*, no segundo turno das eleições municipais de 2024, notadamente nos levantamentos de véspera. As estimativas de intenção de voto do próprio instituto, em função da metodologia dos eleitores prováveis, e os resultados do TSE, estão desfilados na tabela 3 do apêndice.

Em Goiânia, a título de exemplo, a diferença entre as estimativas de intenção de votos dos dois candidatos no segundo turno, pelo mecanismo dos *likely voters*, foi de 8,0 pontos percentuais, enquanto a diferença nos valores oficiais alcançou 11,1 pontos, um hiato de 3,1 pontos, em valores absolutos.

Fazendo uso dos próprios dados da Quaest nas suas mesmas pesquisas de véspera, construiu-se a tabela 4 (apêndice). Desta feita, o contraste se dá entre o “modelo padrão Q”, Q para Quaest, quando se empregam apenas as pesquisas Quaest, e os sufrágios do TSE. O modelo padrão Q adota a mesma

⁴ Campbell, Converse, Miller e Stokes (1960); Rosenstone e Hansen (1993); Erikson, Panagopoulos e Wlezien (2004); Erikson, Panagopoulos e Wlezien (2016); Wlezien e Erikson (2022); Marcondes e Medeiros (2018).

sistemática usual largamente empregada pelos institutos *urbi et orbi* de apenas subtrair o não voto dos votos totais das pesquisas.

Continuando com o exemplo da capital Goiânia, nota-se que a diferença entre as estimativas de intenção de votos dos dois candidatos no segundo turno, pelo modelo padrão Q, foi de 11,6 pontos percentuais, enquanto a diferença nos valores oficiais alcançou 11,1 pontos, um diferencial de 0,5 ponto em valores absolutos.

Fazendo agora um cotejo entre os dois métodos, usando dados apenas da própria Quaest — *likely voters* e padrão Q — e calculando-se a média global nas 15 capitais das diferenças, em valores absolutos, entre as intenções de voto dos dois concorrentes de cada cidade, consta-se que o modelo *likely voters* gerou um valor de 8,93 pontos de percentagem, ao passo que o modelo padrão Q alcançou 10,40 pontos. Esses achados estão mostrados na tabela 2, em sequência.

Tabela 2

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS 15 CAPITAIS ONDE HOUVE SEGUNDO TURNO
COMPARATIVO ENTRE OS MODELOS *LIKELY VOTERS* E PADRÃO Q

	<i>Likely Voters*</i> (LV)	Padrão Q* (P)	TSE**	TSE - (LV)	TSE - (P)
Votos Válidos***	8,93	10,40	12,05	3,12	1,66

Fonte: elaboração própria (MCR), com base nas pesquisas Quaest.

Média global, em pontos de percentagem, das diferenças, em valores absolutos, entre as estimativas de intenção de votos dos dois concorrentes do segundo turno. ** Média global, em pontos de percentagem, das diferenças entre as votações oficiais dos dois concorrentes do segundo turno. *** Votos válidos calculados pelo próprio Quaest (2ª coluna), de acordo com a metodologia *likely voters*, e pelo autor deste texto (3ª coluna) em relação às pesquisas Quaest, consoante a sistemática padrão Q de subtrair o não voto dos votos totais das pesquisas.

Note-se que quando se subtrai a média global dos resultados do TSE das médias globais de intenções de voto das pesquisas pelo modelo *likely voters* e pelo mecanismo padrão Q, ambos usando pesquisas Quaest, resulta numa discrepância média maior em *likely voters* do que no modelo padrão Q (duas últimas colunas da tabela 2 do texto).

Assim, inobstante a meritória iniciativa metodológica do Instituto Quaest, de aprimorar os levantamentos de intenções de voto, adotando o mecanismo *likely voters* com o fito de aproximar as estimativas o mais possível das ma-

nifestações das urnas, os resultados das capitais, no segundo turno de 2024, não referendam o esforçado intento. Na verdade, o modelo padrão Q, bem mais simples e comumente adotado pela maioria dos institutos de pesquisas, apresentou-se com muito maior robustez preditiva do que o sofisticado mecanismo *likely voters*, em relação aos dados do TSE.

Registre-se, a título de reforço argumentativo, que o comparativo entre os dois modelos foi levado a cabo com base nos próprios dados das pesquisas Quaest. Cabe investigar alhures, todavia, posto que escapa à competência deste texto, se em eleições de primeiro turno e em um maior número de municípios esse mesmo diapasão acontece.

Transferência ideológica de votos

Um interessante modelo de previsão eleitoral, baseado em polarização ideológica, foi concebido e aplicado recentemente por professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no segundo turno das eleições municipais de 2024 (Figueiredo Filho et al., 2024), incluindo, com destaque, estimativas para as 15 capitais sob análise.

Um aspecto distintivo e inusitado do modelo é que ele dispensa as pesquisas de intenção de votos. A novel iniciativa estima a transferência de votos dos candidatos, de acordo com a polarização ideológica dos partidos — separada pelo binário esquerda e direita — na perspectiva de que, na passagem do primeiro para o segundo turno, tais transferências acontecem entre candidatos mais próximos ideologicamente.

Com efeito, no sistema multipartidário brasileiro, no primeiro turno das eleições majoritárias, concorrem vários candidatos com posições ideológicas distintas, vistas sob o ângulo dos partidos a que pertencem. Apenas dois candidatos desse rol passam para a etapa derradeira do pleito.

É razoável admitir que os eleitores dos candidatos que não lograram ascensão à última etapa vão, em grande parte, expressar suas preferências de voto, consignando-o ao postulante do segundo turno com o qual tenham mais afinidade partidária e ideológica. Em outros termos, a polarização ideológica, quer dizer, a discordância dos cidadãos sobre questões políticas no âmbito da dimensão esquerda-direita, inspira a migração de votos dos candidatos não eleitos no primeiro turno para os dois concorrentes no segundo turno do pleito.

Com suporte na mensuração dessas transferências, o estudo projeta os prováveis vencedores da eleição no segundo turno, usando modelos matemáticos que medem a distância ideológica entre candidatos. Quanto maior a distância ideológica entre os partidos, menor a chance de transferência de voto e vice-versa. O estudo sob análise usou uma classificação ideológica a partir de inspeção em 28 partidos brasileiros, em cujo espectro identificou siglas mais à esquerda, como PSTU, PCO, PCB, Psol, PcdoB, passando pelo centro, a exemplo de PTB, PMN, PHS, SD, PSDB, e desembocando mais à direita com PSL, PSC, DC, Progressistas e DEM (a classificação foi baseada em Bolognesi, Ribeiro e Codato, 2023).

O cálculo da transferência de votos é operado a partir da posição ideológica dos candidatos (associados aos respectivos partidos) e da mensuração da distância entre eles, o que é feito utilizando uma “régua ideológica”, com escala de 0 (esquerda) a 10 (direita). À guisa de ilustração, o próprio estudo da UFPE dá um exemplo: “[...] se um candidato é do PDT, ele está no marco 3,92 da escala de ideologia que estamos usando. Já um candidato do PL está no marco 8,11 da mesma escala. A distância entre eles é de 4,19 pontos de ideologia”.

É oportuno, a essas alturas, verificar como o modelo em apreço, aqui denominado de modelo de “votação ideológica”, se sai em comparação com os resultados das urnas. Neste mister, construiu-se a tabela 5, aposta no apêndice, que lista as 15 capitais listadas anteriormente onde houve segundo turno, o nome do vencedor do pleito, a votação esperada do vencedor, consoante o modelo de polarização ideológica, o dado oficial das urnas e, finalmente, a diferença entre a votação esperada e os resultados do TSE.

Por exemplo, em Manaus, a estimativa de votação do ganhador do pleito, David Almeida (Avante), pelo método sob análise, foi de 51,6%, ao passo que as urnas cravaram 54,6%, uma diferença de 3,0 pontos percentuais, em valores absolutos. Aplicando-se o mecanismo às capitais estudadas, constata-se a geração de estimativas de votação dos prováveis ganhadores do pleito próximas dos resultados das urnas (abaixo de 2,0 pontos percentuais) em cinco capitais: Belém, Palmas, Natal, João Pessoa e Aracaju. Em uma capital, Manaus, a diferença foi de 3,0 pontos, mas nas demais nove cidades o hiato entre prognóstico e urnas se deu com média entre estimativas e urnas de 7,8 pontos.

Considerando as 15 capitais, a soma das diferenças, em valores absolutos, entre a votação esperada do ganhador do pleito e os valores do TSE, resulta

em 79,0 pontos percentuais que, divididos por 15, gera uma média de discrepância global que diverge dos resultados da urnas em 5,27 pontos.

É relevante agora cotejar os achados derivados do método de votação ideológica com os demais métodos já discutidos: método da média agregada das pesquisas, método *likely voters* e método padrão Q.

A tabela 3 a seguir exibe as médias globais de discrepância dos quatro métodos. Tais médias referem-se às diferenças, em valores absolutos, entre as estimativas de cada método para o ganhador do pleito e os dados efetivamente observados nas urnas. O método da média agregada das pesquisas é o de menor discrepância média, ou seja, o que dista menos dos valores oficiais, seguido do método padrão Q, depois do modelo *likely voters* e, finalmente, do mecanismo de votação ideológica.

Tabela 3

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS 15 CAPITALS ONDE HOUVE SEGUNDO TURNO
MÉDIAS GLOBAIS DE ESTIMATIVAS DO GANHADOR DO PLEITO, SEGUNDO DIFERENTES MÉTODOS

	Média Global das Pesquisas*	Likely Voters**	Padrão Q***	Votação Esperada****
Votos Válidos	2,21	2,97	2,58	5,27
Ranking	1	3	2	4

Fonte: elaboração própria (MCR).

* Média global, em pontos de percentagem, das diferenças, em valores absolutos, entre as estimativas de intenção de votos do ganhador do pleito nas capitais e os resultados das urnas. ** Média global, em pontos de percentagem, das diferenças, em valores absolutos, entre as estimativas de intenção de votos do ganhador do pleito nas capitais, estimativas calculadas pelo método da Quaest para prováveis votantes (*likely voters*), e os resultados das urnas. *** Média global, em pontos de percentagem, das diferenças, em valores absolutos, entre as estimativas de intenção de votos do ganhador do pleito nas capitais e o resultado das urnas, estimativas calculadas pelo autor deste texto com base nas pesquisas da Quaest, através da subtração do não voto, dos votos totais das pesquisas. **** Média global da diferença de estimativas de votação do ganhador do pleito, pelo método de votação ideológica, nas capitais, e a totalização do TSE.

Assim, o modelo de votação ideológica, não obstante seus aspectos inovadores e meritórios, e o fato de prescindir das pesquisas de intenção de votos, apresenta resultados claramente inferiores aos que foram logrados por métodos que se lastreiam em pesquisas eleitorais.

Embora o método de votação ideológica repouse fortemente na classificação partidária de posições ideológicas, bem como nos pesos arbitrários da “régua ideológica”, o que pode produzir resultados bem diferentes a depender

da seleção efetuada, a abordagem não deixa de ser promissora, merecendo mais testes em outros pleitos.

Os métodos e as margens de erro das pesquisas

Na esteira dessas comparações de desempenho, seria de todo interessante cotear também as estimativas das pesquisas com os dados do TSE, em termos de margem de erro, como é prática convencional em experimentos análogos. Acontece que as margens de erro estão associadas às pesquisas individualmente, o que não foi considerado aqui.

Com efeito, os comparativos de desempenho das estimativas das pesquisas *vis-à-vis* os resultados oficiais foram levados a cabo neste trabalho não em termos de pesquisas individuais, mas para o conjunto delas realizadas nas 15 capitais, no segundo turno de 2024, sempre com o auxílio do conceito global de discrepância média. Na sistemática das pesquisas individuais, os resultados fora da margem são considerados “erros de previsão” dos institutos. Naturalmente, isso não pode ser feito para o conjunto das pesquisas.

Nada obstante, constata-se que a quase totalidade das pesquisas de imediatamente antes das eleições, em cada capital, trabalhou com margens de erro gravitando no entorno de 2,0%, 2,5% e 3,0%. Assim, em juízo de delibação, sem a higidez metodológica que se exigiria do âmbito individual, pode-se imaginar que uma margem de 2,5% represente a média de margens de erro do conjunto das pesquisas em cada capital.

Aceita essa licenciosidade hipotética, é possível confrontar o desempenho das pesquisas em conjunto com os dados da instância máxima eleitoral, em cada localidade, e de acordo com os três métodos até aqui discutidos: o da média global e os que se valem dos dados Quaest, ou seja, os métodos *likely voters* e padrão Q. O modelo de votação ideológica fica de fora, obviamente, por não se basear em estimativas de intenção de votos.

Assim, para uma margem de erro de 2,5%, o método da média global das pesquisas — de suprimir o não voto dos votos totais — apresentou estimativas dentro dessa margem em sete capitais (43% delas) e fora da margem em oito, isto é, em 53% delas, com o resultado mais distante de 4,9 pontos percentuais ocorrido em Manaus, onde as estimativas de intenção de votos feitas pelo método para David Almeida (Avante) foram de 49,7% e resultados das urnas de 54,6%.

Já o modelo *likely voters*, que se fundamenta na propensão dos eleitores de comparecerem às urnas no dia dos pleitos, teve 40% de suas estimativas dentro da margem de erro (seis capitais) e 60% fora da margem, correspondendo a nove capitais nessa situação, e em Porto Velho aconteceu a maior distância (5,2 pontos de porcentagem) entre o número estimado de intenção de voto pelo método para Leo Moraes, do Podemos (51,0%), e o resultado do TSE (56,2%).

Por último, o método padrão Q, que faz uso dos dados apenas das pesquisas Quaest, aplicando o modo tradicional de eliminar o não voto dos votos totais das pesquisas, se mostrou o mais exitoso entre os demais, visto que teve 60% das estimativas no interior da margem de erro (nove capitais) e apenas 40% fora da margem (ou seja, em seis capitais). Em Belém ocorreu a maior discrepância do método: a previsão de intenção de votos de Igor Normando (MDB) foi de 62,3%, mas os dados da urnas cravaram 54,6%, havendo, portanto, uma superestimação de votos de 5,9 pontos percentuais.

A tabela 4, a seguir, sintetiza os resultados descritos, nos quais se observa não haver grandes distorções entre os três métodos, com o modelo *likely voters* se distinguindo por se mostrar menos preciso, tendo mais erros de previsão. É oportuno registrar que os achados da tabela 4 estão consistentes com aqueles mostrados nas tabelas 1 e 2.

Tabela 4

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS 15 CAPITALS ONDE HOUVE SEGUNDO TURNO ESTIMATIVAS DENTRO E FORA DA MARGEM DE ERRO DAS PESQUISAS, DE ACORDO COM DIFERENTES MÉTODOS DE APURAÇÃO. VOTOS VÁLIDOS

	Média Global das Pesquisas*	Método Likely Voters**	Método Padrão Q***
Nº de capitais com estimativas dentro da margem de erro de 2,5%	7 (47%)	6 (40%)	9 (60%)
Nº de capitais com estimativas fora da margem de erro de 2,5%	8 (53%)	9 (60%)	6 (40%)

Fonte: elaboração própria (MCR).

Os números no corpo da tabela referem-se a quantas vezes as estimativas de intenção de votos das pesquisas ficaram dentro e fora da margem de erro, segundo os três modelos de cálculo. Ver texto para explicação dos diferentes métodos.

Considerações finais

O objetivo deste texto foi submeter as estimativas de intenção de votos das pesquisas eleitorais do segundo turno das eleições municipais de 2024, em 15 capitais do país, a comparações com os resultados do TSE. Alguns achados merecem ser sucintamente destacados:

1) As estimativas das pesquisas eleitorais se acercaram bem próximas dos valores oficiais do pleito municipal de 2024, no segundo turno das capitais do país. A louvável performance se deu tanto em votos totais quanto em votos válidos, com diferença numérica mínima entre os dois conjuntos e deles em cotejo com os dados do TSE.

2) A transformação de votos totais em votos válidos e o percentual de abstenção, fatores externos aos dados apurados em campo pelas pesquisas, tidos geralmente como adversos à maior aderência das estimativas de intenção de votos aos números totalizados no órgão eleitoral, não aparentaram ter a influência danosa que se aventava. Noutro dizer, eventuais divergências entre as estimativas das pesquisas e a realidade das urnas não podem ser tributadas à transformação dos dados originais levantados, pelo menos como se imaginava. É de bom alvitre destacar aqui, todavia, que tal assertiva repousa em amostra relativamente pequena e em etapa eleitoral de segundo turno, carecendo, portanto, de maior higidez metodológica para imprimir robustez à inferência do achado.

3) O modelo *likely voters*, impulsionado pelo Instituto Quaest no Brasil, na esteira das apreensões com o impacto da abstenção dos pleitos nas estimativas das pesquisas, mostrou-se preditivamente inferior, em termos de contraste com os números do TSE, ao mecanismo padrão de subtração do não voto, a partir dos próprios dados das pesquisas Quaest, e também do método comum da média global, envolvendo a mesma supressão do não voto, procedimento universalmente adotado no país. De novo, há que se investigar se o modelo *likely voters* tem melhor resposta quando sustentado em uma maior argamassa de dados e em primeiros turnos das eleições.

4) O método de votação ideológica, que se assenta em transferências ideológicas de votos de candidatos do primeiro turno para os que passaram para o segundo, nada obstante seus aspectos diferenciados e inovadores, mostrou-se, em termos projecionais, aquém dos demais mecanismos que repousam nas convencionais estimativas de intenção de votos das pesquisas eleitorais.

Referências

- BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. Pesquisas eleitorais, metodologia e erro: evidências recentes do Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 29, n. 1, p. 1-28, 2023.
- CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; MILLER, W. E.; STOKES, D. E. *The American voter*. Nova York: John Wiley & Sons, 1960.
- ERIKSON, R. S.; PANAGOPOULOS, C.; WLEZIEN, C. Likely voters and likely error. *Public Opinion Quarterly*, Oxford, v. 68, n. 4, p. 588-601, 2004.
- ____; ____; _____. The people have spoken (again): the breakdown of election polling in 2016. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Thousand Oaks, v. 667, n. 1, p. 9-28, 2016.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B. et al. O que é polarização ideológica? E como podemos prever eleições a partir dela. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 29, n. 94, p. 1-20, 2024.
- LAVAREDA, A. Por que as pesquisas não devem ser interpretadas como prognósticos eleitorais? Palestra proferida no Workshop “Pesquisa Eleitoral”, promovido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep), nos dias 2 e 3 de maio de 2022, em São Paulo.
- MARCONDES, D.; MEDEIROS, M. Quem são os prováveis eleitores? Evidências para eleições brasileiras. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 27, p. 7-34, 2018.
- MEIRELES, F.; RUSSO, G. Pesquisas eleitorais no Brasil: tendências e desempenho. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 36, n. 7, p. 117-131, 2022.
- ROMÃO, M. C. Metodologia simples de um agregador de pesquisas. Texto publicado no Observatório Abrapel pela Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais (Abrapel), 9 abr. 2025. Disponível em: https://4ee79efa-7b63-44c8-96d4-ca9525ba08c1.filesusr.com/ugd/e4f4e7_9e3bd00109c54c5ea95c3357bb11d897.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.
- ROSENSTONE, S. J.; HANSEN, J. M. *Mobilization, participation, and democracy in America*. Nova York: Macmillan, 1993.
- WLEZIEN, C.; ERIKSON, R. S. The ups and downs of polling over the past two decades: a review. *Public Opinion Quarterly*, Oxford, v. 86, n. 2, p. 343-367, 2022.

Apêndice

Tabela 1

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS CAPITALS

PESQUISAS E URNAS NO SEGUNDO TURNO — VOTOS TOTAIS (EM %)

Capital	Candidatos	Média de intenção de votos*	TSE**	Diferença média – TSE
São Paulo	Nunes (MDB)	50,7	53,2	-2,5
	Boulos (Psol)	38,0	36,4	1,6
	Dif. Nunes-Boulos***	12,7	16,8	-4,1
Belo Horizonte	F. Noman (PSD)	48,2	49,5	-1,3
	B. Engler (PL)	40,4	42,6	-2,2
	Dif. Noman-Engler***	7,8	6,9	0,9
Porto Alegre	Sebastião Melo (MDB)	56,8	56,9	-0,1
	Maria do Rosário (PT)	34,1	35,6	-1,5
	Dif. Melo-Rosário***	22,7	21,3	1,4
Curitiba	E. Pimentel (PSD)	48,6	53,6	-5,0
	Cristina Graeml (PMB)	38,2	39,4	-1,2
	Dif. Pimentel-Graeml***	10,4	14,2	-3,8
Campo Grande	Adriana Lopes (PP)	45,9	48,7	-2,8
	Rose Modesto (UB)	43,2	45,9	-2,7
	Dif. Lopes-Modesto***	2,7	2,8	-0,1
Goiânia	S. Mabel (UB)	49,9	52,2	-2,3
	F. Rodrigues (PL)	42,1	41,8	0,3
	Dif. Mabel-Rodrigues***	7,8	10,4	-2,6
Cuiabá	Abílio Brunini (PL)	47,3	51,8	-4,5
	Lúdio Cabral (PT)	45,2	44,5	0,7
	Dif. Brunini-Cabral***	2,1	7,3	-5,2



ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS CAPITALS

Capital	Candidatos	Média de intenção de votos*	TSE**	Diferença média – TSE
Belém	I. Normando (MDB)	56,1	53,3	2,8
	E. Mauro (PL)	35,4	41,3	-5,9
	Dif. Normando-Mauro***	20,7	12,0	8,7
Manaus	D. Almeida (Avante)	43,7	52	-8,3
	C. Alberto (PL)	43,8	43,3	0,5
	Dif. Almeida-Alberto***	-0,1	8,8	-8,8
Porto Velho	Leo Moraes (Pode)	48,4	53,8	-5,4
	Mariana Carvalho (UB)	42,3	41,9	0,4
	Dif. Moraes-Carvalho***	6,1	11,8	-5,7
Palmas	Eduardo Siqueira (Pode)	48,8	50,6	-1,8
	Janad Valari (PL)	43,7	44,8	-1,1
	Dif. Siqueira-Valari***	5,1	5,8	-0,7
Fortaleza	Evandro Leitão (PT)	44,7	48,1	-3,4
	André Fernandes (PL)	47,2	47,4	-0,2
	Dif. Leitão-Fernandes***	-2,5	0,7	-3,2
Natal	Paulinho Freire (UB)	49,8	51,9	-2,1
	Natália Bonavides (PT)	40,5	41,9	-1,4
	Dif. Freire-Bonavides***	9,3	10	-0,7
João Pessoa	Cícero Lucena (Prog.)	57,1	59,2	-2,1
	M. Queiroga (PL)	35,6	33,4	2,2
	Dif. Lucena-Queiroga***	21,5	25,8	-4,3
Aracaju	Emília Corrêa (PL)	54,3	53,2	1,1
	Luiz Roberto (PDT)	36,2	39,4	-3,2
	Dif. Corrêa-Roberto***	18,1	13,8	4,3

Fonte: elaboração própria (MCR).

* Média agregada das intenções de voto das pesquisas mais próximas do dia da eleição, a maioria da última semana. ** Os votos totais foram obtidos por transformação dos votos válidos publicados pelo TSE. *** Diferença em pontos de porcentagem.

Tabela 2

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS CAPITALS

PESQUISAS E URNAS NO SEGUNDO TURNO — VOTOS VÁLIDOS (EM %)

Capital	Candidatos	Média de intenção de votos*	TSE	Diferença média – TSE
São Paulo	Nunes (MDB)	56,5	59,4	-2,9
	Boulos (Psol)	43,5	40,7	2,9
	Dif. Nunes-Boulos**	13,0	18,7	-5,7
Belo Horizonte	F. Noman (PSD)	54,2	53,7	0,5
	B. Engler (PL)	45,8	46,3	-0,5
	Dif. Noman-Engler**	8,4	7,5	0,9
Porto Alegre	Sebastião Melo (MDB)	62,5	61,5	1,0
	Maria do Rosário (PT)	37,5	38,5	-1,0
	Dif. Melo-Rosário**	25,0	23,1	1,9
Curitiba	E. Pimentel (PSD)	56,2	57,6	-1,4
	Cristina Graeml (PMB)	43,8	42,4	1,4
	Dif. Pimentel-Graeml**	12,4	15,3	-2,9
Campo Grande	Adriana Lopes (PP)	48,5	51,5	-3,0
	Rose Modesto (UB)	51,5	48,6	3,0
	Dif. Lopes-Modesto**	-3,0	2,9	-5,9
Goiânia	S. Mabel (UB)	55,0	55,5	-0,5
	F. Rodrigues (PL)	45,0	44,5	0,5
	Dif. Mabel-Rodrigues**	10,0	11,1	-1,1
Cuiabá	Abílio Brunini (PL)	50,5	53,8	-3,3
	Lúdio Cabral (PT)	49,5	46,2	3,3
	Dif. Brunini-Cabral**	1,0	7,6	-6,6



ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS CAPITALS

Capital	Candidatos	Média de intenção de votos*	TSE	Diferença média – TSE
Belém	I. Normando (MDB)	60,4	56,4	4,0
	E. Mauro (PL)	39,6	43,6	-4,0
	Dif. Normando-Mauro**	20,8	12,7	8,1
Manaus	D. Almeida (Avante)	49,7	54,6	-4,9
	C. Alberto (PL)	50,3	45,4	4,9
	Dif. Almeida-Alberto**	-0,6	9,2	-9,8
Porto Velho	Leo Moraes (Pode)	53,0	56,2	-3,2
	Mariana Carvalho (UB)	47,0	43,8	3,2
	Dif. Moraes-Carvalho**	6,0	12,4	-6,4
Palmas	Eduardo Siqueira (Pode)	52,8	53,0	-0,2
	Janad Valari (PL)	47,2	47,0	0,2
	Dif. Siqueira-Valari**	5,6	6,1	-0,5
Fortaleza	Evandro Leitão (PT)	49,0	50,4	-1,4
	André Fernandes (PL)	51,0	49,6	1,4
	Dif. Leitão-Fernandes**	-2,0	0,8	-2,8
Natal	Paulinho Freire (UB)	53,6	55,3	-1,7
	Natália Bonavides (PT)	46,4	44,7	1,7
	Dif. Freire-Bonavides**	7,2	10,7	-3,5
João Pessoa	Cícero Lucena (Prog.)	61,3	63,9	-2,6
	M. Queiroga (PL)	38,7	36,1	2,6
	Dif. Lucena-Queiroga**	22,6	27,8	-5,2
Aracaju	Emília Corrêa (PL)	60,1	57,5	2,6
	Luiz Roberto (PDT)	39,9	42,5	-2,6
	Dif. Corrêa-Roberto**	20,2	14,9	5,3

Fonte: elaboração própria (MCR).

* Média de intenção de votos das pesquisas mais próximas do dia da eleição, a maioria da última semana. ** Diferença em pontos de percentagem.

Tabela 3

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS CAPITALS, NO SEGUNDO TURNO
 PESQUISAS QUAEST E URNAS – VOTOS VÁLIDOS (EM %) – MÉTODO *LIKELY VOTERS*

Capital	Candidatos	Intenção de votos*	TSE	Diferença média – TSE
São Paulo	Nunes (MDB)	55,0	59,4	-4,4
	Boulos (PSOL)	45,0	40,6	4,4
	Dif. Nunes-Boulos**	10,0	18,8	-8,8
Belo Horizonte	F. Noman (PSD)	52,0	53,7	-1,7
	B. Engler (PL)	48,0	46,3	1,7
	Dif. Noman-Engler**	4,0	7,5	-3,5
Porto Alegre	Sebastião Melo (MDB)	63,0	61,5	1,5
	Maria do Rosário (PT)	37,0	38,5	-1,5
	Dif. Melo-Rosário**	26,0	23,1	2,9
Curitiba	E. Pimentel (PSD)	55,0	57,6	-2,6
	Cristina Graeml (PMB)	45,0	42,4	2,6
	Dif. Pimentel-Graeml**	10,0	15,3	-5,3
Campo Grande	Adriana Lopes (PP)	49,0	51,5	-2,5
	Rose Modesto (UB)	51,0	48,6	2,5
	Dif. Lopes-Modesto**	-2,0	2,9	-4,9
Goiânia	S. Mabel (UB)	54,0	55,5	-1,5
	F. Rodrigues (PL)	46,0	44,5	1,5
	Dif. Mabel-Rodrigues**	8,0	11,1	-3,1
Cuiabá	Abílio Brunini (PL)	50,0	53,8	-3,8
	Lúdio Cabral (PT)	50,0	46,2	3,8
	Dif. Brunini-Cabral**	0,0	7,6	-7,6



ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS CAPITALS

Capital	Candidatos	Intenção de votos*	TSE	Diferença média – TSE
Belém	I. Normando (MDB)	59,0	56,4	2,6
	E. Mauro (PL)	41,0	43,6	-2,6
	Dif. Normando-Mauro**	18,0	12,7	5,3
Manaus	D. Almeida (Avante)	51,0	54,6	-3,6
	C. Alberto (PL)	49,0	45,4	3,6
	Dif. Almeida-Alberto**	2,0	9,2	-7,2
Porto Velho	Leo Moraes (Pode)	51,0	56,2	-5,2
	Mariana Carvalho (UB)	49,0	43,8	5,2
	Dif. Moraes-Carvalho**	2,0	12,4	-10,4
Palmas	Eduardo Siqueira (Pode)	49,0	53,0	-4,0
	Janad Valari (PL)	51,0	47,0	4,0
	Dif. Siqueira-Valari**	-2,0	6,1	-8,1
Fortaleza	Evandro Leitão (PT)	50,0	50,4	-0,4
	André Fernandes (PL)	50,0	49,6	0,4
	Dif. Leitão-Fernandes**	0,0	0,8	-0,8
Natal	Paulinho Freire (UB)	53,0	55,3	-2,3
	Natália Bonavides (PT)	47,0	44,7	2,3
	Dif. Freire-Bonavides**	6,0	10,7	-4,7
João Pessoa	Cícero Lucena (Prog.)	60,0	63,9	-3,9
	M. Queiroga (PL)	40,0	36,1	3,9
	Dif. Lucena-Queiroga**	20,0	27,8	-7,8
Aracaju	Emília Corrêa (PL)	62,0	57,5	4,5
	Luiz Roberto (PDT)	38,0	42,5	-4,5
	Dif. Corrêa-Roberto**	24,0	14,9	9,1

Fonte: elaboração própria (MCR)

* Pesquisas Quaest de véspera. Votos válidos calculados pelo instituto segundo a metodologia *Likely Voters* (prováveis votantes). ** Diferença em pontos de percentagem.

Tabela 4

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS CAPITALS, NO SEGUNDO TURNO
 PESQUISAS QUAEST E URNAS — VOTOS VÁLIDOS (EM %) — MÉTODO PADRÃO Q

Capital	Candidatos	Intenção de votos*	TSE	Diferença média – TSE
São Paulo	Nunes (MDB)	57,0	59,4	-2,4
	Boulos (PSOL)	43,0	40,6	2,4
	Dif. Nunes-Boulos**	14,0	18,8	-4,8
Belo Horizonte	F. Noman (PSD)	52,9	53,7	-0,8
	B. Engler (PL)	47,1	46,3	0,8
	Dif. Noman-Engler**	5,8	7,5	-1,7
Porto Alegre	Sebastião Melo (MDB)	63,5	61,5	2,0
	Maria do Rosário (PT)	36,5	38,5	-2,0
	Dif. Melo-Rosário**	27,0	23,1	3,9
Curitiba	E. Pimentel (PSD)	56,8	57,6	-0,8
	Cristina Graeml (PMB)	43,2	42,4	0,8
	Dif. Pimentel-Graeml**	13,6	15,3	-1,7
Campo Grande	Adriana Lopes (PP)	49,4	51,5	-2,1
	Rose Modesto (UB)	50,6	48,6	2,1
	Dif. Lopes-Modesto**	-1,2	2,9	-4,1
Goiânia	S. Mabel (UB)	55,8	55,5	0,3
	F. Rodrigues (PL)	44,2	44,5	-0,3
	Dif. Mabel-Rodrigues**	11,6	11,1	0,5
Cuiabá	Abílio Brunini (PL)	50,0	53,8	-3,8
	Lúdio Cabral (PT)	50,0	46,2	3,8
	Dif. Brunini-Cabral**	0,0	7,6	-7,6



ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS CAPITALS

Capital	Candidatos	Intenção de votos*	TSE	Diferença média – TSE
Belém	I. Normando (MDB)	62,3	56,4	5,9
	E. Mauro (PL)	37,7	43,6	-5,9
	Dif. Normando-Mauro**	24,6	12,7	11,9
Manaus	D. Almeida (Avante)	50,6	54,6	-4,0
	C. Alberto (PL)	49,4	45,4	4,0
	Dif. Almeida-Alberto**	1,2	9,2	-8
Porto Velho	Leo Moraes (Pode)	50,6	56,2	-5,6
	Mariana Carvalho (UB)	49,4	43,8	5,6
	Dif. Moraes-Carvalho**	1,2	12,4	-11,2
Palmas	Eduardo Siqueira (Pode)	49,5	53,0	-3,5
	Janad Valari (PL)	50,5	47,0	3,5
	Dif. Siqueira-Valari**	-1	6,1	-7,1
Fortaleza	Evandro Leitão (PT)	50,0	50,4	-0,4
	André Fernandes (PL)	50,0	49,6	0,4
	Dif. Leitão-Fernandes**	0,0	0,8	-0,8
Natal	Paulinho Freire (UB)	54,0	55,3	-1,3
	Natália Bonavides (PT)	46,0	44,7	1,3
	Dif. Freire-Bonavides**	8,0	10,7	-2,7
João Pessoa	Cícero Lucena (Prog.)	62,0	63,9	-1,9
	M. Queiroga (PL)	38,0	36,1	1,9
	Dif. Lucena-Queiroga**	24,0	27,8	-3,8
Aracaju	Emília Corrêa (PL)	61,4	57,5	3,9
	Luiz Roberto (PDT)	38,6	42,5	-3,9
	Dif. Corrêa-Roberto**	22,8	14,9	7,9

Fonte: elaboração própria (MCR).

* Pesquisas Quaest de véspera. Votos válidos calculados por MCR para as pesquisas Quaest de véspera, segundo a metodologia padrão Q. ** Diferença em pontos de percentagem.

Tabela 5

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS CAPITALS

PESQUISAS E URNAS NO SEGUNDO TURNO — VOTOS VÁLIDOS (EM %) —

MÉTODO VOTAÇÃO IDEOLÓGICA

Capital	Candidatos	Votação esperada* (VE)	TSE	Diferença VE – TSE
São Paulo	Nunes (MDB)	53,8	59,4	-5,6
Belo Horizonte	F. Noman (PSD)	47,7	53,7	-6,0
Porto Alegre	Sebastião Melo (MDB)	56,4	61,5	-5,1
Curitiba	E. Pimentel (PSD)	51,0	57,6	-6,6
Campo Grande	Adriana Lopes (PP)	56,3	51,5	4,8
Goiânia	S. Mabel (UB)	47,3	55,5	-8,2
Cuiabá	Abílio Brunini (PL)	64,8	53,8	11,0
Belém	I. Normando (MDB)	54,6	56,4	-1,8
Manaus	D. Almeida (Avante)	51,6	54,6	-3,0
Porto Velho	Leo Moraes (Pode)	40,8	56,2	-15,4
Palmas	Eduardo Siqueira (Pode)	51,8	53,0	-1,2
Fortaleza	Evandro Leitão (PT)	42,6	50,4	-7,8
Natal	Paulinho Freire (UB)	55,9	55,3	0,6
João Pessoa	Cícero Lucena (Prog.)	62,8	63,9	-1,1
Aracaju	Emília Corrêa (PL)	58,3	57,5	0,8

Fonte: elaboração própria (MCR).

* Votação esperada do provável ganhador do pleito, segundo o método de votação ideológica.